

Os simpáticos incompetentes em busca da utopia inalcançável: as memórias da luta armada contra a ditadura no Brasil – o caso do RS

Davi Arenhart Ruschel¹

RESUMO:

O presente trabalho se insere no contexto dos debates sobre a imagem que vêm se construindo acerca da luta armada contra a ditadura no Brasil. Trabalhando a questão da memória, busco analisar quatro livros-relato de pessoas que pegaram em armas no referido período, no Rio Grande do Sul: *Guerra é Guerra, dizia o torturador* (1981), de Índio Vargas; *O riso dos torturados* (1982), de Jorge Fischer; *Verás que um filho teu não foge a luta* (1989), de João Carlos Bona Garcia; e *A guerrilha Brancaleone* (1999), de Cláudio Antônio Weyne Gutierrez. Será analisada a forma como essas memórias referentes à participação na luta armada se construíram, e o porquê delas terem se construído de determinada maneira, além de se buscar traçar paralelos com outras obras de mesmo estilo. O objetivo dessa pesquisa será desvelar a forma como essas pessoas contam e avaliam a experiência por eles vivida num período posterior.

Palavras – chave: ditadura – luta armada – memórias

PROBLEMA – OBJETIVO – FONTES

Essa pesquisa vem sendo desenvolvida desde a graduação na UFRGS, e agora como projeto de mestrado no PPG da UFRGS. O questionamento que busco responder em meu projeto de pesquisa refere-se a como se construíram as memórias acerca da luta armada contra a ditadura no Brasil, e mais especificamente no Rio Grande do Sul. Busco ver de que forma essas memórias foram construídas e o porquê de terem sido construídas de determinada maneira, e a partir daí refletir sobre a influência que podem ter exercido na construção da imagem que autores apontam como *senso comum* atualmente da luta armada contra a ditadura no Brasil, de que teria sido feita por “*simpáticos incompetentes em busca de uma utopia inalcançável*”². Além disso, com essa primeira aproximação em relação às fontes que tratam da luta armada contra a ditadura no Rio

¹ Aluno do Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob a orientação da Profa. Dra. Claudia Wasserman.

² REIS FILHO, Daniel Aarão. *Este imprevisível passado: um passeio por quatro interpretações diferentes da euforia revolucionária dos anos 60*. In: Teoria & debate. São Paulo: Partido dos Trabalhadores, n° 32, pp. 81-85, jul/ago/set 1996. p.82

Grande do Sul visto dar uma contribuição para uma pesquisa maior, que poderá contar a história da Ditadura Militar no Rio Grande do Sul, pesquisa ainda não realizada.

Tenho como objetivo, portanto, nesse trabalho, analisar como se processou a construção das memórias acerca da luta armada do final dos anos 60 e início dos 70 contra a ditadura no Brasil, através de livros escritos em épocas posteriores, pelos personagens que vivenciaram essa experiência e narraram suas lembranças. Centro minha pesquisa na análise dos livros de memórias do Rio Grande do Sul, que ainda não foram estudados, mas também os comparo com livros escritos no eixo Rio – São Paulo e que atingiram grande vendagem nacional. Procuo assim contribuir para os estudos sobre os processos de construção de memórias, mais especificamente no que diz respeito a episódios “traumáticos” da história recente de determinadas sociedades, como o período da ditadura no Brasil.

As **fontes primárias** que analiso são quatro livros, escritos em anos diferentes, por pessoas que vivenciaram o contexto da Ditadura Militar no Rio Grande do Sul e pegaram em armas contra o regime. Esses livros foram escritos e lançados no período final da ditadura ou após o término desta, e ainda não foram estudados. Na análise dessas fontes, além de observar a especificidade de cada reconstrução histórica com base nas memórias de quem escreveu o livro, busco decifrar o que essas obras como um conjunto podem dizer a respeito da própria luta armada, da ditadura militar no Brasil, do momento histórico em que as memórias foram escritas e dos sujeitos que protagonizaram a luta armada contra a ditadura no Brasil.

Os autores estudados participaram de ações armadas, e alguns, além das ações das quais tomaram parte, contam as de outros. Assim, esses livros, mesmo não tendo atingido um grande sucesso de vendas como outros, adquirem importância ímpar, visto que são fontes primordiais para o estudo da luta armada contra a ditadura no estado, tarefa ainda não realizada. Analiso os seguintes livros (em ordem cronológica):

- **VARGAS, Índio. *Guerra é guerra, dizia o torturador*. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.**
- **NUNES, Jorge Fischer. *O riso dos torturados*. Porto Alegre: Proletra, 1982.**

- **GARCIA, João Carlos Bona & POSENATO, Júlio.** *Verás que um filho teu não foge à luta.* Porto Alegre: Ed. Posenato Arte e Cultura, 1989.

- **GUTIÉRREZ, Cláudio Antônio Weyne.** *A guerrilha Brancaleone.* Porto Alegre: Editora Proletra, 1999.

Ainda como fontes primárias, não está descartada a hipótese de se colher entrevistas com os autores dos livros, caso se mostre útil e possível a realização das mesmas... Como **fontes secundárias**, utilizarei a bibliografia disponível a respeito do tema, recorrendo a título de comparação a outros livros de memórias que tenham sido escritos; trabalharei também com as discussões acerca da construção da imagem da luta armada no Brasil, e me valerei da vasta bibliografia existente sobre o tema da *história / memória*.

TEMÁTICA – ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA

Entre o final dos anos 1960 e início dos 70, época em que o Brasil vivia sob o manto de uma ditadura militar que reprimia ferozmente qualquer forma de contestação ao regime, a luta armada era vista por alguns militantes de esquerda como única alternativa possível e válida de atuação política. O enfrentamento armado contra o poder instituído, que deveria partir do meio rural e tomar as cidades, no Brasil basicamente se restringiu a ações nas cidades, excetuando poucas tentativas de guerrilha rural, reprimidas pelo exército. No Rio Grande do Sul não foi diferente, e aqui a luta armada restringiu-se a algumas ações no meio urbano, protagonizadas por grupos como o Marx, Mao, Marighella e Guevara (M3G), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR-Palmares).

Na leitura das memórias dos que pegaram em armas no Rio Grande do Sul, encontramos o registro de que vieram para o estado membros da luta armada do centro do país, visando abrir uma “quarta frente de luta para desafogar os companheiros”³ do eixo Rio – São Paulo – Minas. Além disso, nessas memórias aparecem a descrição de ações como assaltos a bancos em Porto Alegre, Cachoeirinha e Viamão, o assalto um carro pagador da empresa Ultragás, em Canoas, e a

³ Essa frase teria sido dita por Edmur Péricles Camargo, vindo de São Paulo para iniciar a luta no RS (segundo NUNES, p.45).

tentativa mal sucedida da VPR, em abril de 1970, de seqüestrar o cônsul norte-americano em Porto Alegre. “Isso gerou um aumento da repressão, com a vinda de técnicos do centro do país para auxiliar o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) do Rio Grande do Sul”⁴. Essa forma de luta contra o regime, tanto no centro do país como no RS, terminou brutalmente reprimida já na primeira metade da década de 70, sem conseguir atingir seus objetivos, e servindo inclusive de argumento para um endurecimento do regime.

Já num quadro de recuo da ditadura militar, no final dos anos 70, início dos 80, com a anistia *nem ampla, nem geral nem irrestrita e recíproca*, e a abertura *lenta, segura e gradual*, o país começou a buscar (re)escrever a sua história recente, mas como ironicamente afirma Reis Filho, “na concórdia, sem revanchismos estéreis, como aconselhavam os militares e os homens de bom senso”⁵. Ocorreu naquele contexto o que alguns autores identificam como um *surto memorialístico*, quando muitas pessoas, que haviam vivido as mais diversas experiências durante o período, passaram a publicar livros de memórias, e os personagens históricos que haviam pego em armas contra a ditadura apresentaram diferentes visões dessa experiência, gerando um vasto material, rico em possibilidades para as pesquisas históricas. Minha pesquisa se centra justamente nessas memórias.

Dentro desse *surto memorialístico* ocorrido entre o final do anos 1970 e início dos 80, os livros de Frei Betto (*Batismo de Sangue, os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*, 1982) e de Alípio de Freitas (*Resistir é preciso - memória do tempo da morte civil do Brasil*, 1980), por exemplo, ao tratar da luta armada, enfatizavam a “perspectiva da resistência heróica de alguns militantes dos grupos de esquerda que entregaram a sua vida pela causa dos oprimidos.”⁶ Ao mesmo tempo, livros como o de Fernando Gabeira e o de Alfredo Syrakis “foram grandes sucessos editoriais e prefiguraram um personagem que criaria grande polêmica entre aqueles que optaram por ‘pegar em armas’ contra a ditadura: o ex-militante de esquerda crítico de sua atuação pretérita e que via como ‘romântica’ e ‘ingênua’ a opção radical”⁷.

⁴ RODEGHERO, Carla Simone. *Regime militar e oposição no Rio Grande do Sul*. Texto ainda não publicado.

⁵ REIS FILHO, Daniel Aarão *et al.* *Versões e ficções: o sequestro da história*. São Paulo: Perseu Abramo, 1997. p.102

⁶ CARDOSO, Lucileide Costa. *Construindo a memória do regime de 64*. In: Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 14, n° 27, pp. 179-196, 1994. p.180

⁷ FICO, Carlos. *Além do golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 24/25

Denise Rollemberg comenta: “é interessante notar como, em meio a um número tão razoável de publicações, alguns se tornaram best-sellers e, apesar de os relatos apontarem para a variedade de pontos de vista acerca da luta armada, uma versão foi capaz de criar uma espécie de senso comum sobre o assunto.”⁸ Essa versão teria sido a que enfatizava a autocrítica, desempenhando um papel crucial nesse processo o livro *O que é isso, Companheiro?*, que vendeu cerca de 250 mil exemplares em mais de quarenta edições, e “quando foi lançado o filme de Bruno Barreto, a partir das memórias de Gabeira, em 1996, esta visão já estava criada, apesar, é claro, de o filme a ter consolidado.”⁹

A visão que teria prevalecido acerca da luta armada, segundo Daniel Aarão Reis Filho, seria uma *visão conciliadora*, que se encaixava dentro de uma *tendência conciliadora de recuperação da memória*, voltada para o futuro, que fez com que a história recente do país fosse contada de forma a não tocar em feridas ainda abertas do período da ditadura. Assim a luta em torno da apropriação do passado que vinha ocorrendo no Brasil após a ditadura, estaria sendo vencida pela versão que apresentava “os movimentos revolucionários dos anos 60 como uma grande aventura, no limite da irresponsabilidade: ações tresloucadas. Uma fulguração, cheia de luz e alegria, contrapontos trágicos, muita ingenuidade, vontades, desejos, ilusões.”¹⁰

É importante ressaltar que essa tendência conciliadora estava diretamente ligada à construção da imagem de uma ditadura à parte da sociedade, um período de *trevas* que era preciso exorcizar, pois nascia a *Nova República*, livre, democrática, e a sociedade, que buscava se convencer de que nada tivera a ver com a ditadura, finalmente se reencontrava com a sua vocação pela democracia. Nas palavras de Daniel Aarão Reis Filho: “Os militares haviam se retirado e seria talvez incômodo refletir por que a ditadura fora tolerada tanto tempo num país tão democrático”¹¹. Assim, com base numa espécie de *apologia do esquecimento*, ia se impondo na sociedade brasileira a proposta de transição conciliadora que se anunciava no Brasil no final dos

⁸ ROLLEMBERG, Denise. *Esquerdas revolucionárias e luta armada*. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Almeida Neves (orgs.) *O tempo da ditadura - regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano - Vol. 4) p.76

⁹ *idem*

¹⁰ REIS FILHO, Daniel Aarão *et al.* *Versões e ficções: o sequestro da história*. São Paulo: Perseu Abramo, 1997. p.102

¹¹ *idem*, p.103

anos 70, e já consumara a anistia recíproca, dando total perdão aos que haviam torturado e matado aqueles que se levantaram contra o regime ditatorial.

A partir do final dos anos 1980, surgiram livros de cunho mais analítico, que ultrapassavam a visão memorialística até aquele momento difundida a respeito da luta armada, e buscavam compreender o porquê do fracasso desse movimento, com base em pesquisas empíricas. Historiadores como Jacob Gorender, Daniel Aarão Reis Filho e Marcelo Ridenti produziram obras essenciais para a compreensão desses movimentos, obras que não trabalhei nesse momento devido ao espaço definido para o artigo, mas que não chegaram a analisar em profundidade a questão das memórias e o papel que elas podem ter exercido nessa construção de um “senso comum” a respeito da experiência da luta armada no Brasil.

Ultimamente vem sendo levantada por alguns pesquisadores a necessidade de se estudar a época considerando-se a constituição de um *ethos* específico nos meios da esquerda, e vêm sendo esboçados alguns projetos nesse sentido. Tem se buscado ultrapassar os anacronismos, no sentido de ver os revolucionários dos anos 60/70 sob a ótica da época sufocante e apaixonante em que viveram, e não do presente. Autores como Emir Sader e Daniel Aarão Reis Filho chamam a atenção para que seja feito o resgate desses atores sociais dentro do seu contexto histórico, sem esquecer de articular a conjuntura político-cultural com as trajetórias pessoais. É no interior dessa linha que busco desenvolver a presente pesquisa, analisando a luta armada dentro de toda a complexidade do período em que ela se desenvolveu, e relacionando também a trajetória individual dos que optaram por pegar em armas e depois escreveram suas memórias, que analiso.

Em 2007, Jean Rodrigues Sales publicou um livro importante sobre a luta armada contra a ditadura no Brasil. Mesmo não se propondo a realizar uma análise sobre a construção da imagem da luta armada, Sales se refere ao filme *O que é isso, companheiro?*, feito com base no livro homônimo. Observa que se construiu a imagem dos “militantes dos grupos da esquerda revolucionária como bem-intencionados mas ingênuos protagonistas de uma luta esvaziada de propostas políticas e baseada apenas em aspirações individuais”¹². O autor chama a atenção para a necessidade de se “entender que a esquerda revolucionária tinha um projeto político e que suas idéias podem ser compreendidas à luz tanto das condições históricas do Brasil e do mundo como

¹² SALES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da Revolução Cubana*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007. p.8

de suas trajetórias e seus debates internos”¹³. Meu trabalho segue essa linha, propondo uma reflexão crítica sobre as memórias escritas a respeito desse evento da história do Brasil, e abrindo possibilidades para uma reflexão mais apurada e contextualizada do sentido da luta armada.

REFERENCIAIS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Parto do conceito de Jaques Le Goff de *monumento* (“herança do passado”) e *documento* (“escolha do historiador”), e da concepção de que *todo documento é um monumento*. A fonte primária de meu estudo são livros-relatos, monumentos onde se encontram diversos documentos, selecionados não por um historiador, mas pelo ator social que viveu a época, o qual, com base na memória, a reconstrói *a posteriori*, com todas as implicações que daí resultam. Meu objetivo é justamente compreender o processo de construção desses documentos (os livros-relatos), como monumentos nos quais busco encontrar, “através de uma crítica interna, as condições de produção histórica e, logo, a sua intencionalidade inconsciente.”¹⁴

O fato dessas memórias se encontrarem repletas de subjetividade não as torna menos “confiáveis” do ponto de vista histórico, apenas demonstra a complexidade e a riqueza da experiência humana. Nesse sentido, é importante sublinhar as considerações que Dora Schwarzstein faz acerca das memórias:

Los testimonios no sólo están constituidos por hechos históricos sino fundamentalmente por el impacto que esos hechos han tenido. (...) El testimonio, cuya materia prima es la memoria, no es la historia. Por tanto, no es suficiente recuperar la memoria y transmitirla, sino que es imprescindible reflexionar sobre su naturaleza para poder entenderla, analizarla e incorporala plenamente a la narrativa histórica. Esa es la única manera de transformar la memoria en historia.¹⁵

Alistair Thomson, ao criticar a concepção tradicional de se usar as fontes históricas buscando descobrir somente *o que realmente aconteceu*, chama a atenção para a necessidade de se compreender as “razões que levaram os indivíduos a construir suas memórias de determinada maneira”, pois o próprio *processo de relembrar* pode ser “um meio de explorar os significados

¹³ *idem*, p.107

¹⁴ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990. p.547

¹⁵ SCHWARZSTEIN, Dora. *Historia oral, memoria e historias traumaticas*. In: *História oral*, n° 4, 2001.p.78-79

subjetivos da experiência vivida e a natureza da memória coletiva e individual”¹⁶, podendo se constituir esse processo numa rica fonte de pesquisa. Thomson chega a afirmar que as chamadas “distorções” da memória, que geralmente eram vistas como um problema, podem “ser um recurso”¹⁷.

Marieta de Moraes Ferreira defende essa mesma posição, dizendo que “a subjetividade, as distorções dos depoimentos e a falta de veracidade a eles imputada podem ser encaradas de uma nova maneira, não como uma desqualificação, mas como uma fonte adicional para a pesquisa”¹⁸. Dora Schwarzstein chega a afirmar que “lo que es interesante en los testimonios no son los hechos del pasado sino la manera en que las memorias fueron construidas y reconstruidas como parte de una conciencia contemporánea”¹⁹. Em suma, devemos ultrapassar a oposição sumária entre *história/memória*, pois “a memória tem uma história que é preciso compreender”²⁰. Assim, a investigação sobre a luta armada no Brasil, cuja pesquisa poderia ser frustrante para o historiador, em vista da “tendenciosidade” dos testemunhos, poderá se valer destes relatos, desde que esses sejam entendidos como historicamente construídos, e essa construção surge, então, como um objeto de pesquisa relevante.

Para trabalhar com o conceito de *memória*, parto da conceituação de Henry Rousso, que a define como “uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional.”²¹ Nesse sentido, os homens que pegaram em armas contra a ditadura, ao escreverem suas memórias, não criaram meros relatos pessoais, mas contribuíram para a construção da memória de um grupo, e relataram, além dos aspectos individuais de sua experiência, facetas coletivas de determinado momento histórico.

Portanto, como demonstrou claramente Maurice Halbwachs em seu livro *A memória coletiva*, toda memória é, por definição, *coletiva*, visto que “a memória do indivíduo depende do

¹⁶ THOMSON, Alistair (e outros). *Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais*. In: Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p.67

¹⁷ *idem*

¹⁸ FERREIRA, Marieta de Moraes. *História, tempo presente e história oral*. In: Topoi - revista de história. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, n° 5, pp. 315-322, set/2002. p.321

¹⁹ SCHWARZSTEIN, Dora. *Historia oral, memoria e historias traumaticas*. In: História oral, n° 4, 2001. p.74-75

²⁰ ROUSSO, Henry. *A memória não é mais o que era*. In: Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p.97

²¹ *idem*, p.94

seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo”²². Mas deve-se observar também que cada reconstrução individual com base na memória contém inevitavelmente particularidades do indivíduo que a produz. O indivíduo interfere bastante nessa reconstrução do passado, tanto pela necessidade de afirmação de uma identidade frente ao *outro*, como pelo fato de que “ao procurar o *eu* no passado, o sujeito quer reorientar o porvir, autocorrigindo-se ou infletindo no seu percurso, construindo uma utopia de si que espera poder cumprir”²³.

É importante retomar a concepção de Maurice Halbwachs sobre a existência de duas formas de memória: uma interna, pessoal, e outra externa, social ou histórica. A memória histórica seria uma sequência de acontecimentos dos quais a história - ou memória - nacional conserva uma lembrança. Já a memória autobiográfica (*individual*) seria um ponto de vista sobre essa memória histórica (*coletiva*), perpassada pela influência desta última, mas guardando a possibilidade de discordar dela em determinados pontos. Nos livros de memórias que analiso, busco tanto as particularidades que a memória do indivíduo apresenta, como a forma pela qual essa memória se relaciona com a *memória coletiva*.

Michael Pollak propõe uma discussão importante para meu trabalho, quando ao tratar da memória coletiva como quadro de referências, onde estaria em jogo a identidade individual e do grupo, propõe o conceito de *memória enquadrada*²⁴. Segundo o autor, a coexistência de diversas memórias coletivas, constituídas por diferentes grupos de indivíduos, como é o caso do período da ditadura, no qual existiram desde os grupos que estavam no exercício do poder até os que o combatiam e que por ele foram perseguidos e muitas vezes mortos, levaria à necessidade de um *processo de enquadramento* dessas memórias para que se construísse uma *memória nacional*, com vistas a “manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum”²⁵. Esse *processo de enquadramento*, que, no caso examinado, teria ocorrido durante

²² BOSI, Ecléia. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979. p.17

²³ MORÃO, Paula. *O secreto e o real - Caminhos contemporâneos da autobiografia e dos escritos intimistas*. In: Românica. p.28

²⁴ Pollak na verdade se apropria desse conceito de Henry Rousso, fazendo referência a um texto não encontrado no levantamento bibliográfico dessa pesquisa, e que acredito não ter sido publicado no Brasil, apenas na França.

²⁵ POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2, n° 3, pp. 3-15, 1989. p.9

todo o período de abertura e redemocratização, pode ser claramente identificado com a *tendência conciliadora de recuperação da memória* apontada por Daniel Aarão Reis Filho.

Um aspecto essencial para se compreender como se dá esse processo de reconstrução do passado por meio da memória é a sua relação com o presente vivido pelo indivíduo que o reconstrói. A memória “sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória”²⁶, o que nos leva a uma constatação de que a memória é um fenômeno construído no presente acerca do passado, construção essa que obedece a uma organização - estabelecida de forma consciente ou inconsciente - em função das preocupações pessoais e políticas do momento. Nas palavras de Henry Rousso:

Um indivíduo, quer fale espontaneamente de seu passado e de sua experiência (publicando, por exemplo, suas memórias), quer seja interrogado por um historiador (tornando-se assim testemunha ou autor da história), não falará senão do presente, com as palavras de hoje, com sua sensibilidade do momento, tendo em mente tudo quanto possa saber sobre esse passado que ele pretende recuperar com sinceridade e veracidade²⁷.

Assim, ao analisar o modo como o indivíduo *rememora* os acontecimentos do passado, busco acessar parcialmente a época em que se deram esses fatos, mas busco esmiuçar principalmente o contexto em que o livro foi escrito, as intenções que o autor teve ao escrevê-lo, como ele se relacionava com aquele período de sua vida (o da luta armada), que relevância aquele período possuía na época em que escreveu seu relato, quais foram suas vivências até o momento em que redigiu essas memórias, etc...

Finalizando, ao trabalhar com relatos de pessoas ainda vivas e atuantes, e que tratam de um período ainda muito recente da história do Brasil, período ainda *presente* de certa forma em nossa realidade, por suas conseqüências e desdobramentos, minha pesquisa se insere, portanto, nos estudos da História do Tempo Presente. Antigamente contestada enfaticamente pelos positivistas devido à sua proximidade temporal com o objeto estudado, a História do Tempo Presente tem sido cada vez mais reconhecida e valorizada nos meios acadêmicos, guardados os

²⁶ POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, pp.200-215, 1992. p.204

²⁷ ROUSSO, Henry. *A memória não é mais o que era*. In: Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p.98

necessários cuidados metodológicos. Hoje há um relativo consenso de que não apenas se *pode* fazer a História do *Tempo Presente*, como se **deve** fazê-la, principalmente no que se refere à História recente de nosso país, que passou por um período onde os que estavam no poder cometeram crimes e, além de não pagarem por eles, até hoje buscam apagar seus vestígios. Mais do que nunca, por responsabilidade ética e compromisso profissional, se impõe a necessidade de atuação do historiador no cumprimento de um de seus papéis na sociedade, contra o esquecimento, para que certos absurdos não se repitam.

BIBLIOGRAFIA

- BOSI, Ecléia. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- CARDOSO, Lucileide Costa. *Construindo a memória do regime de 64*. In: Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 14, n° 27, pp. 179-196, 1994.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *História, tempo presente e história oral*. In: Topoi - revista de história. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, n° 5, pp. 315-322, set/2002.
- FICO, Carlos. *Além do golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* Rio de Janeiro: Codecri, 1979.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1998.
- HALBWACHS, Maurice. *Memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990.
- MORÃO, Paula. *O secreto e o real - Caminhos contemporâneos da autobiografia e dos escritos intimistas*. In: Românica. pp.21-30
- POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. . In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 5, n° 10, pp.200-215, 1992.
- _____. *Memória, esquecimento, silêncio*. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2, n° 3, pp. 3-15, 1989.
- REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória*. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004. pp.29-52

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. *Este imprevisível passado: um passeio por quatro interpretações diferentes da euforia revolucionária dos anos 60*. In: Teoria & debate. São Paulo: Partido dos Trabalhadores, n° 32, pp. 81-85, jul/ago/set 1996.

REIS FILHO, Daniel Aarão et al. *Versões e ficções: o sequestro da história*. São Paulo: Perseu Abramo, 1997.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Ed. da Unesp: Fapesp, 1993.

_____. *Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores*. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004

ROLLEMBERG, Denise. *A idéia de revolução: da luta armada ao fim do exílio (1961-1979)*. In: Que história é essa? Novos temas e novos problemas em história. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. pp. 111-130

_____. *Esquerdas revolucionárias e luta armada*. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Almeida Neves (orgs.) *O tempo da ditadura - regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano - Vol. 4)

_____. *Exílio: refazendo identidades*. In: História oral, n° 2, 1999. pp. 39-73

ROUSSO, Henry. *A memória não é mais o que era*. In: Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996. pp. 93-101

RUSCHEL, Davi A.. *O processo de construção das memórias acerca da luta armada contra a ditadura no final da década de 1960 no Rio Grande do Sul*. In: WASSERMAN, Claudia & GUAZZELLI, César Augusto Barcellos (orgs.). *Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. pp.169-176

SADER, Emir. *Leões e caçadores*. In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. *Versões e ficções: o sequestro da história*. São Paulo: Perseu Abramo, 1997. pp. 107-110

SALES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da Revolução Cubana*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

SCHWARZSTEIN, Dora. *Historia oral, memoria e historias traumaticas*. In: História oral, n° 4, 2001. pp. 73-83

SYRKIS, Alfredo. *Os carbonários - memórias da guerrilha perdida*. São Paulo: Global, 1981.

THOMSON, Alistair (e outros). *Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais*. In: Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996. pp. 65-91